

# **O MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NO PERÍODO 1992-2009: um novo movimento de reestruturação das ocupações no início do século XXI?**

Pietro Caldeirini Aruto, SST/SC; [pietro.aruto@gmail](mailto:pietro.aruto@gmail.com)

## **Área temática: Demografia e mercado de Trabalho**

No início do século XXI, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma dinâmica distinta da que prevaleceu nas décadas anteriores. Enquanto que a década de 1990 se caracterizou pelo aumento do desemprego e de ocupações informais, com baixo rendimento e em setores econômicos pouco dinâmicos, a década de 2000 acenou um movimento distinto, marcado pelo crescimento da ocupação formal. Uma vez que as regiões brasileiras refletem especificamente esse movimento total, o objetivo desse trabalho é averiguar a correspondência de tal fenômeno no estado de Santa Catarina durante o período 1992-2009, contrastando os subperíodos 1992-99 e 2001-09. Para analisar tais transformações, foram utilizados os dados fornecidos pela PNAD/IBGE no que concerne à geração de ocupação por posição e ramo de atividades. De modo geral, entre 1992 e 1999 houve uma maior geração de ocupações precárias e ligadas ao setor terciário, com uma menor dinâmica do emprego industrial. Esse processo aconteceu em um momento em que as condições de inserção do trabalhador no mercado de trabalho estavam muito dificultadas, com uma escalada da taxa de desocupação. A partir de 2000, Santa Catarina apresentou um desempenho positivo no mercado de trabalho, principalmente com a presença de um baixo nível de desemprego e aliado a uma alta participação da população economicamente ativa. Além disso, a qualidade das ocupações também sofreu uma alteração, com um crescimento de postos de trabalho formais em setores mais regulares, como a indústria de transformação. Contudo, as desigualdades e a precariedade no mercado de trabalho ainda permanecem e parecem ter se reproduzido mesmo com o desempenho positivo recente.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Santa Catarina; Ocupações

### **1. Introdução**

O desempenho do mercado de trabalho brasileiro neste início do século XXI é interpretado por uma série de pesquisadores como um momento ímpar, principalmente no que se refere ao volume de ocupações geradas e aumento da formalização dos postos de trabalho. Uma vez que Santa Catarina segue, a partir da sua especificidade histórica, a tendência geral imposta pela economia brasileira, esse movimento também possui respaldo no interior de seu espaço. Diante de tal cenário, o objetivo deste artigo é destacar a evolução do mercado de trabalho em Santa Catarina no período 1992 a 2009 e, principalmente, comparar o seu comportamento nos subperíodos 1992/99 e 2001/09. Essa periodização enfatiza a mudança na dinâmica do emprego entre os anos 1990 e os anos 2000, além de englobar a série histórica da PNAD<sup>1</sup> – fonte de dados deste estudo – para o estado com base na reformulação metodológica de 1992.

---

<sup>1</sup> Os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) de 1992 a 1999 foram compilados a partir do local [http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/) e os de 2001 a 2009 foram extraídos do banco de dados SIDRA/IBGE. Nos dois casos o acesso ocorreu em novembro de 2010.

Para analisar o comportamento do mercado de trabalho catarinense ao longo do período e sua correspondência perante o movimento nacional, realizou-se uma revisão bibliográfica para sua interpretação nos últimos trinta anos, conjuntamente a uma análise da evolução das principais categorias ocupacionais para o mercado de trabalho de Santa Catarina (posição na ocupação e ramos de atividade). O artigo está estruturado em três seções além dessa breve introdução: a primeira levanta a hipótese de uma retomada na tendência de estruturação do mercado de trabalho no Brasil a partir da década 2000; a segunda discute o desempenho recente da economia catarinense e traz os indicadores do mercado de trabalho do estado entre 1992 a 2009; por último são elaboradas algumas considerações concernentes ao nível e a qualidade das ocupações geradas no período.

## **2. Mercado de Trabalho no Brasil nos últimos trinta anos: estruturação incompleta, desestruturação e a hipótese da reestruturação**

Analisar o comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina significa compreender sob quais condições um determinado contingente da população se relaciona com as atividades econômicas do estado. Essa relação, contudo, não possui determinantes exclusivamente internos ao território, ou seja, a evolução do mercado de trabalho catarinense responde ao movimento da economia brasileira e, em grande medida, reflete as tendências gerais do mercado de trabalho nacional. Por esse motivo essa seção é dedicada a entender as transformações pelas quais o mercado de trabalho brasileiro passou nas últimas décadas, evidenciando o nível de ocupação e perfil dos ocupados.

Historicamente o mercado de trabalho do Brasil é caracterizado pela heterogeneidade e pelas desigualdades, fruto do padrão de desenvolvimento capitalista aqui alicerçado. Especificamente os anos entre 1930 e 1970 foram marcados pelo vultoso crescimento econômico que tinha como base a construção deliberada de um projeto industrialização nacional. O deslocamento do eixo da acumulação de capital nacional das atividades agrícolas para as atividades industriais/urbanas - “retroalimentado” pelas transformações sócio-políticas do período – exigia a conformação de uma nova força de trabalho social que, por sua vez, deveria ser regulada por um mercado de trabalho correspondente:

Entre as décadas de 1930 e 1970, o mercado de trabalho apresentou fortes sinais de sua estruturação em torno do emprego assalariado regular e regulamentado, bem como dos segmentos organizados da ocupação. Em outras palavras, a presença de taxas elevadas de expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução na participação relativa do desemprego, das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta-própria, possibilitaram a incorporação crescente de parcelas da População Economicamente Ativa (PEA) ao estatuto do trabalho brasileiro (POCHMANN, 2006, p. 125).

Alguns dados disponibilizados por Pochmann (2006) permitem dimensionar esse movimento. Entre os anos de 1940 e 1980 de cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas, sendo que sete contavam com registro formal. O impulso dado à criação de empregos assalariados levou a uma forte queda da proporção dos brasileiros em situação precária<sup>2</sup>: era 55,7% da PEA em 1940 e passou para 34,1% em 1980. Como não poderia deixar de ser, essa transformação era guiada pelo crescimento das ocupações-regulamentadas no setor secundário e nas áreas urbanas, as quais apresentaram uma expansão média anual bem acima da PEA total. Em suma, durante esse período, o Brasil caminhava a passos largos rumo à *estruturação* de um mercado de trabalho liderado pelos segmentos mais organizados e urbanos, “com base nas empresas tipicamente capitalistas, na administração pública e nas empresas estatais representadas fundamentalmente pelo emprego assalariado regular e regularizado” (POCHMANN, 2006, p. 123).

Apesar dessa tendência, o que realmente prevaleceu foi uma *estruturação incompleta*, conseqüência de um padrão de desenvolvimento desigual entre as regiões do país, entre o campo-cidade, e entre os próprios trabalhadores. Em linhas gerais, o desenvolvimento econômico apresentado até o fim da década de 1970 combinou-se, apesar de tudo, com a reprodução da pobreza tanto rural como urbana. Para Baltar, Dedecca e Henrique (1997) a tendência de assalariamento entre 1930 e 1980 estava assentada na combinação “desenvolvimento econômico e exclusão social”, ou seja, o próprio desenvolvimento econômico, concentrado em São Paulo, pautado num aparelho produtivo que não difundiu o consumo de massas e não promoveu um aumento do poder de compra, reproduzia a condição de pobreza nas diversas regiões.

Se o referido padrão de desenvolvimento nacional conseguiria superar esses limites e implantar por completo um mercado de trabalho *estruturado* é uma incógnita, uma vez que o projeto de industrialização que o sustentava caducou com as transformações que o mundo experimentou no final da década de 1970. Em linhas gerais, a crise econômico-política desse

---

<sup>2</sup> Pochmann (2006) considera o grau de precarização como a soma dos desempregados, sem-remuneração e conta-própria sobre o total da População Economicamente Ativa.

período culminou no surgimento de um padrão de acumulação capitalista mais flexível, orientado pela articulação simbiótica entre tecnologia e força de trabalho. Esse padrão de acumulação flexível, ao interagir diferentemente a força de trabalho dentro do processo produtivo modificou qualitativamente e quantitativamente o mercado de trabalho regulado:

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmenta e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais etc., sem falar nas divisões que decorrem na inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2000, p. 170)

Conforme indicado na citação acima, essas conseqüências ocorreram de maneira mais crítica nos chamados países periféricos. O caso brasileiro ficou ainda mais grave, uma vez que as mudanças na esfera produtiva encontraram um mercado de trabalho não-estruturado e desigual. Por isso, questões como desemprego, informalidade e precariedade se expressaram com maior força após o processo de reestruturação produtiva e inserção da economia nacional nos ditames da globalização econômica.

Inicialmente, a crise econômica mundial do fim dos anos 1970 e início dos 80 rebateu sobre o Brasil através da crise do endividamento, questionando o modelo de industrialização erigido. O choque do preço do petróleo, o aumento da dívida e a alta das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais forçaram o Brasil a cumprir o compromisso das dívidas contraídas na década de 1970 sob novas condições. Nesse momento, o país adota uma política de ajuste recessivo, com repercussões massivas sobre as ocupações. Até 1983, o país enfrentou forte recessão com a eliminação de muitos postos de trabalho, principalmente na indústria de transformação, que no final do mesmo ano, possuía o mesmo número de empregados que em 1973. A estagnação econômica e o pouco dinamismo da indústria favoreciam a criação de postos informais de trabalho, em especial nos negócios por conta própria. Em suma, o mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1980 passou por uma forte desestruturação, com um aumento da pobreza, diminuição dos postos formais de trabalho e uma incapacidade de absorção dos jovens que adentravam na PEA (BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE, 1997).

Na década de 1990, esse processo de desestruturação do mercado de trabalho se intensifica ainda mais, dado que a imposição do padrão de acumulação flexível ganha maior vulto. O país iniciou a década em meio a oscilações do produto e retração da produção industrial que perduraria até 1992. Durante o período de recessão ocorreu a chamada reestruturação produtiva,

com a modernização do aparelho produtivo e adoção de novas formas de gestão da força de trabalho. A retomada das atividades econômicas depois de 1992 é impulsionada pelo aumento de produtividade industrial e do investimento, principalmente de bens de capital. Contudo, diferentemente dos anos de 1980, o aumento da produção industrial ocorre com uma redução de trabalhadores nesse setor, principalmente nas indústrias com maior densidade tecnológica.

Apesar da elevação do emprego pós-1992, que em números absoluto apenas recuperou os perdidos durante a recessão, houve uma profunda alteração na distribuição e composição das ocupações. O emprego assalariado teve uma forte queda entre 1990 e 1992 recuperando-se parcialmente para fechar a década nos patamares de 1989. Nos empregos industriais, de construção civil, extração mineral e serviços de utilidade pública houve uma queda dos empregos formais, enquanto que nos setores de alojamento, alimentação, limpeza, segurança e saúde o aumento foi expressivo (BALTAR, 2003). O crescimento nesses setores, geralmente atrelados a empregos de baixa qualificação e remuneração, reforçou o caráter heterogêneo da economia brasileira, uma vez que, diferentemente dos países centrais, o aumento do setor de serviços na economia não significou maiores níveis de modernização.

Para Baltar (2003, p.143), o aumento da informalidade e o leve decréscimo do assalariamento devem ser entendidos dentro da lógica do processo de reestruturação implementado pelas empresas.

A reestruturação da economia com pouco investimento e lento crescimento do produto teve, por saldo líquido, a eliminação de muitos empregos celetista e estatúrios e criou fundamentalmente oportunidades de emprego sem carteira de trabalho em estabelecimento e no serviço doméstico remunerado, além de trabalhos por conta própria. (...) Em todo caso, as mudanças na produção de bens e serviços complementares eliminaram antigos empregos e criaram empregos novos, colocando empregos específicos de adaptação da força de trabalho às novas exigências do uso de uma capacidade de produção cuja natureza se modificou com a importação de capital, materiais e componentes tecnologicamente sofisticados.

A crescente informalidade e a recessão econômica do início dos anos de 1990 foram freqüentemente utilizadas como argumentos favoráveis à flexibilização do mercado de trabalho e à desregulamentação das relações trabalhistas. A orientação política que se seguiu a partir das eleições de 1989, além de promover a abertura da economia brasileira à competitividade internacional sem a salvaguarda de um projeto nacional, era em favor dessas medidas de cunho neoliberal.

Diante de todas essas transformações, as décadas de 1980 e 1990 – caracterizadas pelo aumento do desemprego aberto, das ocupações não-assalariadas, da informalidade, da desigualdade de rendimentos, etc. – marcaram a existência de uma nova dinâmica no mercado de trabalho brasileiro, o que se comprova principalmente quando se contrasta com o período anterior:

Em síntese, dois movimentos distintos na evolução do comportamento geral do mercado de trabalho podem ser percebidos nos últimos 60 anos. Entre as décadas de 1930 e 1980, por exemplo, teve importância o movimento geral de *estruturação (incompleta)* do mercado de trabalho, enquanto, a partir de 1980, passou a prevalecer o movimento de *desestruturação* do mercado de trabalho (POCHMANN, 2006, p. 123, destaque nosso).

A partir do ano 2000, sobretudo com a desvalorização cambial de 1999, o mercado de trabalho brasileiro ensaia algumas modificações em relação ao seu comportamento anterior. Apesar de ainda historicamente diminuto, o volume na geração de empregos e o perfil destes nos últimos dez anos levantam a hipótese de que o atual momento seria marcado como uma possível “interrupção da trajetória consolidada nos 20 anos passados de forte contenção do nível da ocupação industrial e precarização generalizada dos postos de trabalho” (POCHMANN, 2006, p. 122), em outras palavras, há sinais de uma reestruturação do mercado de trabalho.

O ensejo dessa nova dinâmica deve ser relacionado, primordialmente, à trajetória de expansão da economia brasileira. A mudança do regime cambial em 1999, com a adoção do câmbio flutuante, levou a uma desvalorização da moeda que não se verificava há anos. A desvalorização – ao encarecer a importação e estimular a exportação da produção doméstica – impulsionou a geração de novas vagas, principalmente aquelas ligadas às atividades exportadoras. Com isso, pode-se dizer que nos anos 2000 o crescimento econômico brasileiro foi guiado inicialmente pelas exportações, o que por sua vez gerou uma espécie de ciclo expansivo do emprego-renda-emprego. Aliado a esse impulso exterior, tal dinâmica foi determinada também por fatores internos, principalmente no final da década, com a iminência da crise econômica mundial e a adoção de uma política anticíclica na condução da política econômica, fiscal e creditícia. Por último, cabe frisar que a geração de empregos formais que marcou o período foi estimulada também por fatores institucionais, seja através da fiscalização por parte do MTE, ou mesmo, por meio da regularização de atividades e profissões.

Para dimensionar a evolução recente no mercado de trabalho brasileiro podemos destacar, como sugere Ramos (2009, p. 408)<sup>3</sup>, a taxa de desemprego no Brasil para o período de 1992 a 2005 e a taxa de participação da população, ou seja, uma análise da desocupação com base no desempenho simultâneo da demanda e da oferta de trabalho ao longo dos anos. Para tanto, o autor elabora um diagrama de fases cujos eixos são a taxa de participação (PEA/PIA) e a taxa de desocupação (desocupados/PEA) expressando para cada ano o ponto que relaciona as duas variáveis. Com isso, partindo do pressuposto de existência de uma taxa de desemprego e participação *normal* (que pode ser atribuída, como faz o autor, com base na média verificada no período), é possível formar quatro quadrantes que retratam as condições do mercado de trabalho.

Assim, no quadrante embaixo à direita o mercado de trabalho está em uma situação com alta participação e baixa taxa de desemprego; no quadrante acima e à esquerda, há a incidência de uma situação de desconforto no mercado de trabalho, com baixa participação e alta taxa de desemprego. Nos outros dois quadrantes (embaixo à esquerda e acima à direita) o mercado de trabalho está numa situação incerta, por causa de um desemprego baixo com uma participação baixa, ou vice-versa.

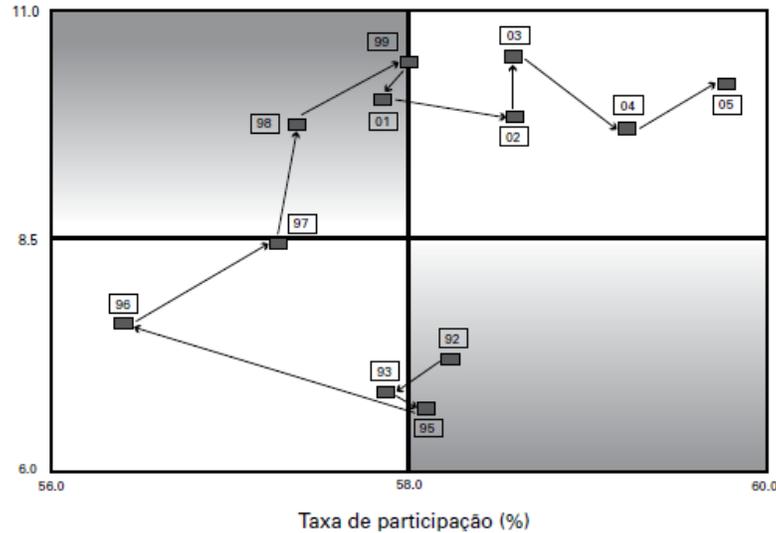
Através da construção do diagrama de fases, Ramos (2009) afirma que até meados da década de 1990, o desempenho do mercado de trabalho foi satisfatório, com geração de empregos e alta participação dos trabalhadores, puxados pelo setor de serviços, como já destacado. A partir de 1996 há um crescente desconforto, com a incidência de altas taxas de desemprego aliadas a uma baixa participação dos trabalhadores no mercado de trabalho. Essa deterioração é interrompida a partir de 1999, quando ocorre uma leve redução na taxa média de desemprego até 2005 mesmo com um aumento na taxa de participação. Portanto, o mercado de trabalho na década de 2000 registra uma tendência de queda no patamar de desemprego, mesmo com um aumento na oferta por parte dos trabalhadores, inclusive, a níveis maiores do que o verificado no início da década retrasada<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Deve-se destacar que Ramos (2009, p. 407) manipula algumas categorias da pesquisa para melhor captar a natureza das atividades e a interconexão com o mercado de trabalho sem, contudo, comprometer as transformações gerais do mercado de trabalho como um todo no período, justamente o que nos interessa nessa seção.

<sup>4</sup> A figura 01 retirada do trabalho de Ramos (2009) aborda a taxa de participação e desemprego até 2005, contudo, o diagnóstico pode ser estendido até 2009, com o aprofundamento da tendência verificada. Segundo uma atualização aproximada desses dados (ver nota de rodapé 3), entre 2006 a 2009, taxa de participação se situou no patamar de 59%, enquanto que o desemprego (conforme figura 01) ampliou a tendência de queda.

**Figura 01:** Estados do Mercado de Trabalho – Brasil – 1992 a 2005



Fonte: RAMOS (2009, p. 410)

No trecho a seguir, Ramos (2009, p. 419), sintetiza o comportamento distinto do mercado de trabalho nas últimas duas décadas, e destaca algumas especificidades do momento atual:

Ao longo do estudo ficou claro que a realidade do funcionamento do mercado de trabalho no final da década anterior foi bastante distinta daquela que prevaleceu na atual. No primeiro período a ocupação crescia de forma claudicante, havendo uma virtual estagnação no segmento da indústria, a informalidade aumentava e os rendimentos, após a formidável elevação nos anos que se seguiram a implementação do Plano Real, experimentavam sucessivas quedas: o mercado de trabalho passava por um claro quadro de deterioração, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. No período mais recente a geração líquida de postos de trabalho cresceu de forma apreciável, inclusive no âmbito da indústria, com os vínculos formais liderando o processo e acarretando uma reversão na evolução da informalidade, em meio a uma recuperação, ainda que segundo um padrão suave, dos rendimentos reais: o mercado de trabalho experimentava uma trajetória de franco reaquecimento.

Esse novo impulso no mercado de trabalho, qualitativamente e quantitativamente distinto da década de 1990, levou Pochmann (2006) a lançar a hipótese de que se delineia atualmente no país um momento de superação da tendência de desestruturação do mercado de trabalho, ou seja, há uma geração expressiva de ocupações lideradas pelas relações assalariadas regularizadas. Contudo, conforme ressalta o autor, essa oportunidade deve ser conjugada a uma série de outras transformações, incluídas na adoção de outro padrão de desenvolvimento. Caso contrário – e experiências pretéritas no Brasil confirmam esse diagnóstico –, o desempenho recente das ocupações pode ser engalfinhado novamente na tendência de desestruturação do mercado de trabalho.

### 3. O mercado de trabalho em Santa Catarina

Essa seção se divide em duas subseções que tratam respectivamente da formação sócio-econômica do Estado e do desempenho recente do mercado de trabalho. O objetivo da primeira é resgatar pontos importantes da evolução histórica que refletem, até hoje, as especificidades da estrutura produtiva do estado, além de apontar o desempenho recente da economia catarinense. A partir disso, a segunda subseção analisa o desempenho das ocupações catarinenses no período 1992-2009 à luz das tendências nacionais.

#### 3.1 Economia catarinense: caracterização histórica e desempenho recente

Santa Catarina apresentou uma formação socioeconômica bastante peculiar em relação às diversas regiões/estados do país. É desde a ocupação do território e sua demarcação no final do século XIX, que os padrões de crescimento econômico apresentaram respaldo na pequena propriedade e na formação de uma diversificada base produtiva nos espaços mesorregionais. Além disso, a formação de uma rede urbana relativamente equilibrada fez com que Santa Catarina não apresentasse uma metrópole regional, ou seja, não se formou no estado um núcleo urbano que concentrasse as atividades a população e, por conseguinte, o mercado de trabalho (MIOTO, 2011). Segundo Goularti Filho (2010) é possível constatar historicamente certos padrões de crescimento econômico que ditaram o ritmo das atividades, mesmo que de maneira diferenciada, para todas as suas regiões<sup>5</sup>.

Dessa forma, entre os anos de 1880-1945 houve o predomínio de um crescimento com base na pequena propriedade mercantil aliada às atividades tradicionais. É nesse momento que surgem e se desenvolvem as indústrias da madeira, alimentos, carvão, têxtil e também se erige no oeste do estado a colonização com base no sistema colônia-venda e na pequena propriedade que comercializa o excedente. Sob o padrão mercantil, os setores têxtil, madeireiro e alimentar são os que apresentaram a maior expansão e dinâmica, e foram decisivos na vinculação das atividades econômicas presentes no território catarinense aos ditames do desenvolvimento nacional.

---

<sup>5</sup> “Com base nesses fatos: a imigração e atividades carboníferas no sul, fundação da Colônia militar de Chapecó, exploração da Madeira e aumento do fluxo de imigrantes para o Norte e Vale do Itajaí, podemos tomar como ponto de partida o ano de 1880 para traçarmos uma nova periodização da formação econômica de Santa Catarina, que terá como base a mudança no padrão de crescimento” (GOULARTI FILHO, 2010, p.33).

Ao longo do período, a produção dos setores mencionados passa a se dirigir para o mercado interno brasileiro, o qual ganha vulto nas primeiras décadas do século passado. Seu crescimento se deveu em grande medida à expansão e diversificação do complexo cafeeiro (CANO, 1998), à urbanização crescente no país (sobretudo no eixo Rio – São Paulo) e à criação de uma malha ferroviária que perpassava o território catarinense. Apesar da diversificação das atividades, criação e ampliação de setores importantes, a manutenção do crescimento industrial exigia novas bases materiais e institucionais, como forma de superar a acumulação lenta e pulverizada impregnada na pequena propriedade mercantil.

Com isso, a partir de 1945, há uma mudança na base produtiva catarinense, marcada pela ampliação dos setores tradicionais, mas, também, pela diversificação produtiva com o desenvolvimento de outros setores industriais – como o metal-mecânico em Joinville, pasta e celulose no Planalto Serrano e cerâmico no Sul do estado. Nesse segundo período, que perdurou até 1962, o padrão de crescimento ainda exibiu traços da pequena produção mercantil, mas o movimento que se formava era em torno da transformação do capital-dinheiro acumulado no padrão anterior em capital-industrial, ou seja, era o início da proeminência do médio e grande capital sobre a produção no estado.

Tal transformação se deu com o engajamento da pequena produção dentro do projeto nacional e fortalecimento do planejamento da administração pública. Ou seja, Santa Catarina se beneficiou dos efeitos de estímulo que a industrialização do centro dinâmico do país propiciava (CANO, 2007). A exportação de matérias primas, insumos e bens de consumo demandados pela forte urbanização do sudeste e por seu relevante crescimento industrial fez com que o estado se incluísse no processo de industrialização da periferia do nacional.

Contudo, como destaca Goularti Filho (2010, p. 43), a base produtiva catarinense ainda sofria no início da década de 1960 uma série de obstáculos, principalmente nas áreas energéticas, transportes e portuário, além de uma insuficiente disponibilidade de recursos financeiros e instrumentos creditícios. A superação desse impasse somente poderia vir através do Estado, ao articular ações e mobilizar recursos para garantir os investimentos e uma infra-estrutura produtiva para o capital industrial. Essa nova posição do Estado e as conseqüências dela decorrente, sobretudo consolidando o comando das médias e grandes empresas sobre a economia, conformaram um terceiro padrão de crescimento em Santa Catarina, que permitiu a integração e afirmação do capital industrial. Tal padrão se estendeu entre os anos de 1962-1990, e foi

responsável pela consolidação de setores industriais estratégicos, como o alimentício, metal-mecânico, cerâmico, têxtil-vestuário, de papel e celulose, madeireiro, carbonífero, porcelanas e cristais, além de garantir a formação dos complexos agroindustriais.

De modo sintético, a realização e a sucessão desses padrões de crescimento criaram definitivamente uma estrutura produtiva diversificada, cujo eixo de acumulação tinha como base o setor secundário. A transformação socioeconômica deflagrada perpassa várias esferas; somente para dimensionar tal ponto observa-se, na tabela 1 a evolução da PEA catarinense por grandes setores de atividade econômica para os anos censitários de 1960, 1970, 1980 e 1991. Em 1960 há preponderância do setor agropecuário sobre a população, com mais de 60% da PEA. Em 1970, mais da metade população economicamente ativa estava alocada nos setores de atividade agropecuária e pouco menos de 20% estava na indústria. Dez anos depois, a indústria teve um expressivo aumento, numa média de 9% ao ano, que levou a contabilizar mais de 30% da PEA catarinense. Isso se deve à queda da participação da PEA dos ramos agropecuários, que apresentou um decréscimo absoluto no total da população. A evolução desses dados expressa a transformação na estrutura produtiva catarinense ao longo do século XX, sobretudo no período 1962-1990.

**Tabela 01:** População Economicamente Ativa por Grandes Setores de Atividade – Santa Catarina, 1960, 1970, 1980 e 1991

Grandes setores de atividade	1960		1970		1980		1991	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Primário	402.149	62,7	451.697	51,2	418.249	30,8	505.716	25,6
Secundário	70.300	11,0	174.020	19,7	428.392	31,6	589.509	29,8
Terciário	168.746	26,3	256.512	29,1	484.161	35,7	844.798	42,7
Outros	-	-	-	-	25.384*	1,9	36.849**	1,9
Total	641.195	100	882.229	100	1.356.186	100	1.976.872	100

\*A PEA que tomou alguma providência para encontrar trabalho durante o período

\*\* A PEA alocada em nenhuma atividade específica correspondeu a 36.849 pessoas

Fonte: Censos Demográficos 1960, 1970, 1980 e 1991 (disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/>) com acesso em abril de 2011

Elaboração própria

Esse movimento retrata a forte relação do trinômio industrialização/urbanização/desruralização que, apesar de tardio se comparado à intensa urbanização brasileira desde a década de 1960, alarga o mercado de trabalho urbano e das atividades do setor secundário e terciário. Isso não quer dizer, no entanto, que as ocupações rurais perdem completamente dinamismo. A pequena propriedade, ao contrário do que ocorreu na maior parte do país, foi capaz de reter uma parcela da população que garantia sua reprodução,

muitas vezes ligada ao fornecimento de bens primários às regiões mais urbanizadas do estado e do país ou à produção baseada na integração com as agroindústrias. Esse cenário vai sofrer importantes modificações nos anos de 1990 intensificando sobremaneira o êxodo rural.

O padrão catarinense de crescimento forjado a partir de 1962 teve como base a realização de objetivos específicos dentro dos marcos de desenvolvimento estabelecidos nacionalmente, sendo que a integração regional se deu com o entrelaçamento da política nacional e estadual e os grandes grupos econômicos que obedeciam ao movimento de concentração e centralização do capital. Com o esgotamento do padrão de desenvolvimento nacional na década de 1980, essa hierarquia por trás do padrão de crescimento seria contestada<sup>6</sup>.

Dessa forma, o enfraquecimento do Estado enquanto agente propulsor do desenvolvimento capitalista e a abertura econômica desregulada que privilegiou a acumulação financeira especulativa repercutiram decisivamente sobre o território catarinense. Isso já pode ser vislumbrado, ainda que numa proporção diminuta em comparação com o que viria nos anos seguintes, a partir dos dados do censo de 1991, onde há um incremento absoluto das ocupações da agropecuária, diminuição do crescimento da população ligada às atividades industriais e ampliação vigorosa das atividades terciárias.

O período que se inaugurou nos anos 1990 levou a grandes transformações na socioeconomia catarinense, e impactou diretamente sobre o nível e a qualidade das ocupações do mercado de trabalho, a exemplo do que ocorreu com o país como um todo. Conforme exposto na seção anterior, o início da década de 1990 significou para o Brasil o fortalecimento do pensamento neoliberal como o modelo de Estado regulador da economia, cujas conseqüências imediatas foram a implementação de uma reforma no papel do Estado, principalmente com as privatizações das empresas e serviços públicos, e a abertura econômica sem precedentes, através da redução de alíquotas de importação e posterior valorização cambial pós-Plano Real. Diante do aumento dos produtos importados e da facilidade de importação de bens de capital e insumos produtivos, as empresas iniciaram o processo de reestruturação produtiva, através da adoção de novas tecnologias e gestão da força de trabalho, cujo objetivo era aumentar a produtividade e reduzir os custos. A estrutura produtiva catarinense não escapou desse processo.

---

<sup>6</sup> O desmonte do aparelho estatal desarticulou os nexos que uniam o Estado à dinâmica interdepartamental e à formação da infra-estrutura básica, mudando o padrão de acumulação em nível nacional e o padrão de crescimento em nível estadual” (GOULARTI FILHO, 2010, p. 49)

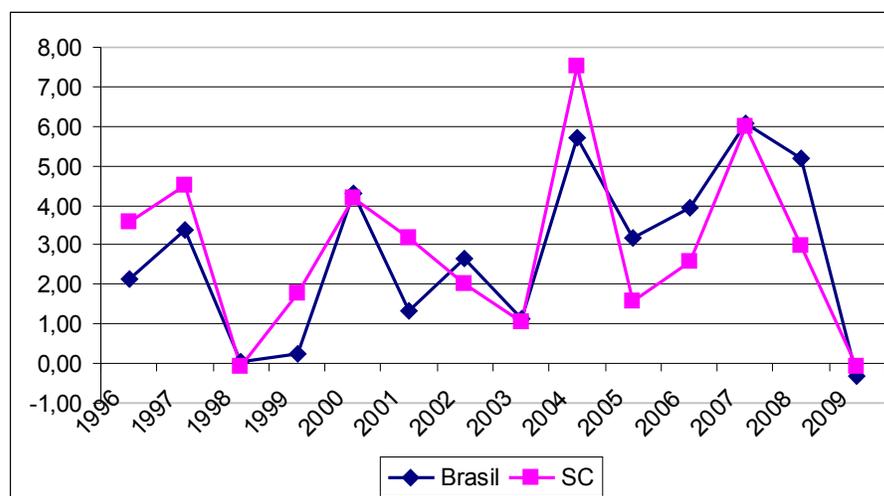
Nas atividades eletro-metal-mecânicas, concentradas no nordeste catarinense, o aumento das importações para o mercado interno acirrou a concorrência para as empresas do setor. Com isso, a reestruturação produtiva foi amplamente adotada, ou seja, houve a importação de máquinas/equipamentos e insumos estrangeiros, além da adoção de novas formas gerenciais e padrões de comercialização. Da mesma forma, o subsetor têxtil-vestuarista, presente principalmente no Vale do Itajaí, sofreu fortemente com a abertura econômica e mais uma vez a reestruturação se fez presente, com destaque no processo de terceirização das etapas produtivas através de microempresas – muitas delas informais – do trabalho em domicílio e cooperativas (LINS; MATTEI, 2010, p. 139), medidas conhecidas como formas de intensificação da exploração do trabalho. Ainda dentro da Indústria de Transformação, a reestruturação realizada no setor cerâmico, concentrado na região sul do estado, foi no sentido de contrabalancear os impactos do câmbio para competir no mercado internacional e também como uma tentativa de se firmar nacionalmente, dado o aumento de participação da cerâmica paulista.

Ainda segundo os autores (LINS; MATTEI, 2010, p. 142), os setores industriais ligados ao plástico apresentaram um comportamento diferenciado no período: os ramos destinados ao consumo doméstico e comercial tiveram atualização tecnológica mais comedida; e os segmentos de tubos e conexões sofreram o processo de mudança patrimonial. Por último, dentre os subsetores mais importantes da economia catarinense, a agroindústria de suínos e aves, sediada principalmente na região oeste do estado, ao longo da década de 1990 adotou mudanças no sistema de integração entre proprietários rurais e empresas, com uma diminuição na quantidade de produtores integrados. Tal inovação significou o empobrecimento da população da região e a expulsão de produtores desligados, o que constitui uma das causas da migração do oeste e meio-oeste para o litoral (MIOTO, 2011).

Os resultados da reestruturação produtiva em Santa Catarina podem ser avaliados a partir do comportamento do PIB estadual. Segundo a série histórica disponibilizada por Lins e Mattei (2010), Santa Catarina inicia a década de 1990 imersa numa recessão, refletindo as adversidades que a economia brasileira como um todo passava. Com o Plano Real e a estabilização da moeda, que provocou um aumento dos rendimentos reais, Santa Catarina vê sua produção fortalecida diante do aumento inicial da demanda interna. Além disso, o processo de desconcentração produtiva regional do país beneficia o estado, integrando a economia litorânea e o complexo agroindustrial às dinâmicas da região Sul e do país como um todo (MIOTO, 2011). Nos anos pós

1994, mesmo com o aumento da concorrência e abertura comercial, a economia tem um desempenho satisfatório, acima do apresentado pela economia nacional<sup>7</sup>. Mesmo assim, as taxas elevadas de crescimento da década de 1970 não se repetem.

**Gráfico 01:** Variação real anual do Produto Interno Bruto – Santa Catarina e Brasil, 1996-2009



Fonte: Contas Regionais/IBGE

Nos anos 2000, a economia catarinense parece caminhar na contramão do crescimento brasileiro, conforme sugere Goularti Filho (2010). No início da década o estado teve um crescimento diminuto, similar ao do Brasil, e, posteriormente, somente o ano de 2004 marcou um crescimento acima da média nacional, quando então para todos anos seguintes o desempenho foi inferior, conforme exposto no gráfico 01.

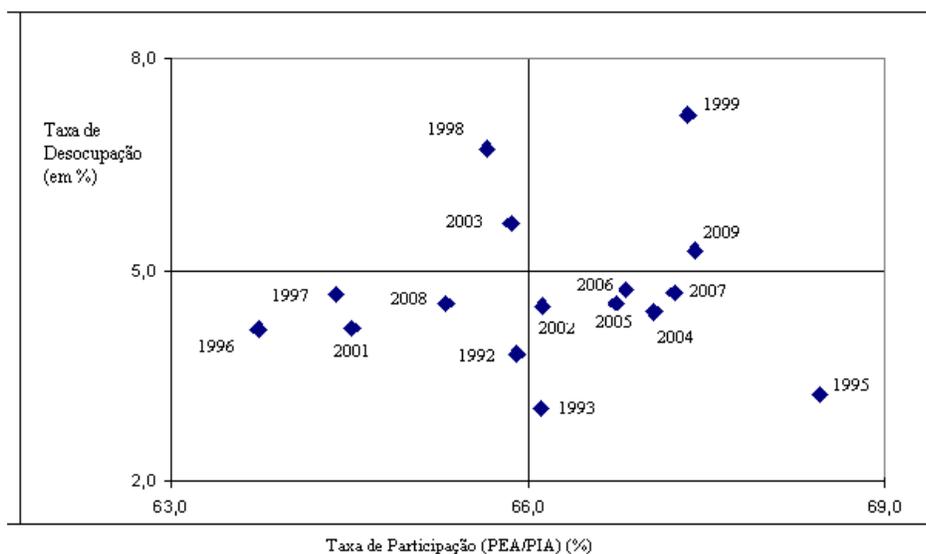
Todavia, as conseqüências das transformações iniciadas na década de 1990 transcendem a análise de um agregado econômico. A evolução do produto catarinense teve como substrato alterações na dinâmica e comportamento do mercado de trabalho:

De modo geral, avanços em qualidade e produtividade foram logrados, mas com uma importante contrapartida: a dramática ampliação do número de desempregados e o aprofundamento do caráter precário das relações de trabalho em diferentes setores de atividades (LINS e MATTEI, 2010, p. 134).

<sup>7</sup> “Em grande medida esse desempenho comparativamente mais positivo do PIB catarinense, na última década do século XX, pode ser creditado ao decisivo papel desempenhado pela indústria – particularmente de transformação – na produção do estado, em termos totais. O setor secundário continua mantendo a sua importância, ainda que com pequenas oscilações, ao contrário, do que se percebe em relação ao setor primário, que tem perdido espaço” (LINS; MATTEI, 2010, p. 127).

Isso pode ser observado, a exemplo do que foi realizado na segunda seção, através de um diagrama de fases que relaciona a taxa de desemprego no estado com a taxa de participação da população economicamente ativa (Figura 02). Santa Catarina, segundo os dados da PNAD, inicia a década de 1990 em uma situação muito favorável, com uma taxa de participação dentro da média histórica do período (66%) e com uma taxa de desocupação baixa.

**Figura 02:** Estados do Mercado de Trabalho – Santa Catarina – 1992 a 2009



Fonte: IBGE/PNAD

O reflexo imediato do Plano Real significou para o estado, em virtude do aumento da demanda interna, a manutenção do baixo desemprego e uma ampliação da participação do segmento economicamente ativo. Contudo, a partir de 1995, com o aprofundamento da abertura comercial e do processo de reestruturação produtiva, o estado apresenta a mesma tendência prevalente no mercado de trabalho nacional, se bem que em taxas e proporções distintas. Há a ampliação sistemática da taxa de desemprego no período 1996-1999, onde nos três primeiros anos a situação é ainda mais grave, pois tal crescimento ocorreu com uma baixa taxa de participação da PEA. O ano de 1999 marca um ponto de inflexão nessa trajetória, possivelmente devido à mudança do regime cambial e à inauguração posterior de um novo ciclo de crescimento econômico. Os primeiros anos da década de 2000 são marcados por uma queda no patamar do desemprego e uma participação da PEA mais próxima da média histórica, ou seja, assinala-se

uma nova dinâmica no mercado de trabalho com absorção da população nas atividades econômicas.

A partir de 2003, o mercado de trabalho em Santa Catarina apresenta o seu melhor resultado das últimas duas décadas: uma taxa de desocupação abaixo dos 5% aliada a uma participação da PEA acima da média histórica. Os dois últimos anos da década apresentaram um comportamento levemente divergente do período 2004-2007, mas não se distanciam do movimento geral, e podem ter seus resultados associados à emergência da crise econômica internacional de 2008. Seja como for, a partir da figura 02, é nítido um comportamento distinto do mercado de trabalho em Santa Catarina quando se confronta os subperíodos 1992-1999 e 2001-2009, pelo menos no que tange à geração de empregos e à absorção da população economicamente ativa. Por nossa parte, essas são as pré-condições para se averiguar um novo período de estruturação do mercado de trabalho.

### 3.2 Evolução das Ocupações em Santa Catarina segundo as PNAD's (1992 a 2009)

A construção da hipótese de um movimento de reestruturação do mercado de trabalho para a última década tem como base não só o desempenho positivo como também a geração de ocupações com base no emprego formal em setores tradicionais. É a partir dessas constatações que analisaremos o comportamento do mercado de trabalho catarinense no período 1992-2009.

A tabela 02 mostra a população economicamente ativa segundo a posição na ocupação. Em 1992, quase metade dos ocupados estava concentrada na categoria de empregados, sendo que destes 70% possuíam carteira de trabalho assinada (celetistas e estatutários). A elevada proporção dos assalariados no conjunto das ocupações e o nível expressivo destes que possuíam relações formais refletem o peso do setor industrial catarinense, conforme será explicitado mais adiante. Ainda em relação à distribuição dos ocupados no início da série histórica, depois dos empregados, os trabalhadores por conta própria representavam o segundo maior grupo ocupacional, seguidos dos trabalhadores não-remunerados que, segundo Venturi e Mattei (2010, p. 343), estavam relacionados com o setor agrícola e o sistema de produção familiar.

Ao longo dos anos 1990, o desempenho das categorias ocupacionais refletiu o impacto das transformações na estrutura produtiva catarinense. Enquanto os ocupados apresentaram uma expansão anual média de 1,7% no período 1992-1999, abaixo inclusive do crescimento da PEA,

as ocupações que mais cresceram no período foram justamente aquelas relacionadas às condições precárias de trabalho: próprio uso e consumo (8,9% a.a.), empregadores (6,7% a.a., principalmente ligado ao fenômeno da terceirização) e trabalhadores domésticos (3,5% a.a.). Além disso, o crescimento médio do número de desocupados também foi surpreendente, 12% ao ano entre 1992 e 1999. Dentro do período destacado, observa-se que o ano de 1996 pode ser considerado como o início da tendência de precarização dos postos de trabalho gerados, principalmente devido à queda absoluta no número de ocupações geradas, como também, à ampliação dos segmentos informais e sem proteção trabalhista (empregados e trabalhadores domésticos sem carteira e conta-própria).

Ainda com relação ao subperíodo 1992-1999 nota-se que em Santa Catarina, apesar do aumento dos empregados sem carteira de trabalho (numa média de 3,1% a.a., acima do resultado para os ocupados como um todo), não houve um decréscimo absoluto no número de empregados formais. Tal fato pode estar relacionado à preservação de uma certa demanda industrial por força de trabalho, por parte das transformações tecnológicas do período<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Somente os anos de 1996 e 1998 assinalam uma queda absoluta no nível de empregados com carteira assinada. Diante da magnitude da queda e da recuperação que se seguiu, a hipótese pode ser reformulada no sentido de que as empresas mantiveram um certo nível de contratação em busca de um novo perfil de trabalhador adequado às inovações introduzidas no processo produtivo e gerencial.

**Tabela 02:** Evolução da PEA segundo posição na ocupação (var. % a.a.)- SC – 1992/1999 e 2001/2009

Posição na Ocupação	1992	1993	1995	1996*	1997	1998	1999	Tx. Cres. Médio Anual (1992/1999)
PEA	2.407.458	1,6	7,6	-4,3	1,0	5,5	4,7	2,2
Ocupados	2.315.516	2,4	7,4	-5,2	0,5	3,2	4,1	1,7
Empregador	86.265	-22,0	94,6	-29,0	26,0	-4,6	21,8	6,7
Trabalhadores Domésticos	108.971	-9,3	41,1	-5,5	-8,5	6,6	7,7	3,5
Com carteira assinada	24404	-6,5	47,8	-28,5	50,2	-10,9	20,8	6,9
Sem carteira assinada	84567	-10,1	39,1	1,8	-21,7	14,1	3,4	2,3
Conta Própria	472.177	0,5	5,9	8,2	-1,0	-2,8	0,0	1,5
Não remunerados	421.668	-0,5	-11,7	-9,7	-4,0	-4,7	5,9	-3,7
Próprio Uso e Consumo	97.049	35,0	5,6	-44,3	6,5	72,0	25,3	8,9
Empregados	1.129.386	4,5	7,2	-4,3	3,0	3,8	1,2	2,1
Com carteira assinada	822.344	2,0	8,5	-10,3	9,3	-3,9	6,7	1,5
militares e estatutários	87.973	19,0	8,1	8,1	-17,7	30,4	-5,2	5,1
Outros	219.069	7,4	2,8	12,4	-6,7	20,4	-11,2	3,1
Desocupados	91.942	-19,2	14,6	22,9	13,5	52,2	11,9	11,9

**Continuação**

Posição na Ocupação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Tx. Cres. Médio Anual (2001/2009)	Tx. Cres. Médio Anual (1992/2009)
PEA	2.965.241	3,8	2,5	3,9	1,2	2,3	2,4	-0,9	4,9	2,5	2,4
Ocupados	2.841.522	3,4	1,2	5,3	1,0	2,1	2,4	-0,7	4,1	2,3	2,3
Empregador	170.907	-10,9	11,2	-0,6	20,5	12,4	-32,9	30,8	12,3	3,5	5,8
Trabalhadores Domésticos	157.669	7,9	-10,5	7,6	-1,0	6,0	-4,4	0,9	1,6	0,8	2,6
Com carteira assinada	50.635	8,6	-4,3	-8,8	2,3	15,0	11,5	-5,4	-2,8	1,7	5,2
Sem carteira assinada	107.034	7,5	-13,5	16,3	-2,4	2,1	-12,3	4,9	4,1	0,4	1,6
Conta Própria	559.906	-3,1	7,9	6,1	-10,4	4,9	-2,3	0,3	3,3	0,7	1,3
Não remunerados	281.388	9,9	-11,2	3,7	-4,3	-7,8	5,8	-20,2	1,3	-3,3	-3,9
Próprio Uso e Consumo	95.520	48,7	-19,0	-12,9	32,6	21,5	-12,9	-29,6	11,1	1,8	0,7
Empregados	1.576.132	3,0	3,4	6,9	2,4	-0,2	9,9	1,0	3,7	3,7	3,7
Com carteira assinada	1.101.379	1,3	2,0	10,7	2,9	0,2	10,9	0,4	5,5	4,2	3,7
militares e estatutários	138.110	0,8	17,1	-2,8	-0,4	7,6	11,9	9,1	-7,7	4,2	4,7
Outros	336.643	9,2	2,4	-0,4	2,0	-4,8	5,4	-0,4	2,7	1,9	3,5
Desocupados	123719	11,6	29,3	-19,0	3,9	6,6	1,7	-4,3	22,6	5,6	4,4

Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria

\*Sem declaração correspondeu a 1% da PEA (24.116)

O início do século XXI alteraria esse quadro nas ocupações, principalmente devido à emergência de um novo ciclo de crescimento na economia brasileira. Em termos gerais, a PEA manteve um patamar de crescimento médio ao longo de 2001-2009 acima do verificado anteriormente (2,5% a.a.), enquanto que a ocupação total se expandiu em torno de 2,3% a.a., com uma correspondente desaceleração no número de desocupados. Dessa forma, a dinâmica da geração de ocupações no Estado ganharia ímpeto, se desvencilhando, assim, do padrão dos anos de 1990, sobretudo a partir de 2004, com um aumento significativo da ocupação e da participação dos trabalhadores.

Em relação às categorias ocupacionais, a exemplo do resto do país, em Santa Catarina, a dinâmica das gerações de emprego foi liderada pelos assalariados formais, com um crescimento médio de 4,2 % a.a. Com isso, para cada dez novas ocupações geradas entre 2001 e 2009, sete eram para empregados com carteira de trabalho assinada. Além disso, esse fortalecimento da geração de ocupações mais estruturadas se deve também ao comportamento dos empregos da administração pública, os quais mantiveram uma tendência positiva nos dois subperíodos analisados, sobretudo, neste último.

Já os trabalhadores sem rendimento apresentaram uma diminuição absoluta em todo período, em uma média de quase 4% a.a., o que sugere uma imbricação dos impactos das transformações econômicas sobre as atividades agropecuárias e a expansão do crescimento assalariado urbano dos anos 2000. Contudo, os dados sugerem que, concomitantemente ao aumento dos empregos formais, se verifica a presença de condições precárias de trabalho. As categorias de empregadores, empregados sem carteira de trabalho assinada apresentaram um crescimento expressivo ou próximo do crescimento dos ocupados como um todo. Os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada ainda representam 65% do total dos domésticos. Portanto, mesmo num período de elevado crescimento do emprego formal houve a reprodução de ocupações precárias.

O comportamento das ocupações pode ser observado através dos ramos de atividade econômica (Tabela 03). Como houve uma mudança de metodologia da PNAD concernente a essa questão em 2002, a série histórica não pode ser completamente comparada no que se refere a todos os ramos de atividade, mas, mesmo assim, é possível analisar o comportamento em grandes setores com o recorte dos subperíodos (1992-1999 e 2002-2009). Em 1992, mais de 35% das pessoas ocupadas em Santa Catarina se encontravam em atividades agrícolas, constituindo-se assim no maior grupo ocupacional. Em segundo lugar vinha a Indústria de Transformação (20%) e o ramo de Prestação de Serviços (12%). De modo geral, ao longo da década de 1990 grande parte das ocupações geradas foram destinadas ao setor terciário (onde todos os ramos ligados a esse setor apresentaram um crescimento médio anual acima da ocupação como um todo). Para ilustrar esse ponto, pode-se destacar novamente o ramo de Prestação de Serviços que teve uma expansão anual média de quase 4,8%.

Isso ocorreu também graças ao parco desempenho do setor industrial e da agropecuária. A Indústria de Transformação inicia a década com uma geração expressiva de ocupações, contudo,

a partir de 1996, prevalece uma tendência de desligamentos que só seria revertida parcialmente em 1999. Na média anual, o setor apresentou um crescimento de 2 %, num patamar muito próximo da ocupação geral. Cabe destacar que, apesar de tímido, o desempenho do setor industrial no estado foi melhor do que o do país como um todo, o qual apresentou uma diminuição absoluta no número de ocupações. Já as ocupações agrícolas no período 1992-1999 foram marcadas pela diminuição no contingente populacional ocupado, principalmente no período 1993-1997, quando então no final da década há uma pequena elevação nas ocupações, mas insuficiente para reverter queda absoluta de até então.

No início de século XXI, a evolução das ocupações segundo ramos de atividade em Santa Catarina teria sua dinâmica parcialmente alterada pelo novo ciclo de crescimento da economia nacional. Inicialmente, o crescimento médio anual da indústria entre 2002-2009 (2,5% a.a.) foi superior ao apresentado no subperíodo anterior (2% a.a.). Essa elevação, apesar de seguir a tendência nacional, foi bem inferior à dinâmica verificada na indústria brasileira como um todo. Do ponto de vista das ocupações a tendência é a mesma, mas há que se considerar o fato de que, na década de 1990, a indústria catarinense, ao contrário da brasileira, não teve uma diminuição tão perversa no número de ocupados.

Com isso, em Santa Catarina, a tendência que parece ter prevalecido nas indústrias é de um aumento nos empregos formais acima do aumento das ocupações como um todo, ou seja, possivelmente houve a formalização de postos de trabalho previamente já criados<sup>9</sup>. Já os ramos econômicos ligados aos setores de comércio e serviços mais uma vez foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento médio no período. Somente o ramo de Comércio e reparação, que em 2002 era o terceiro maior segmento em termos de número de trabalhadores, apresentou um crescimento médio de quase 5%. Quanto às ocupações agrícolas, no subperíodo 2002-2009, verificou-se a mesma tendência de decréscimo do nível de empregos. O setor inicia a década ainda como o principal ramo ocupacional, contudo, com uma taxa de crescimento médio negativa de 2,7% a.a, é ultrapassada pela Indústria e Comércio.

Isso indica que os efeitos desencadeados pela reestruturação produtiva no setor agropecuário na década de 1990 ainda se fazem presentes na região, sobretudo através da

---

<sup>9</sup> Os dados da PNAD parecem confirmar essa hipótese. Entre 1992 e 1999, os ocupados na indústria que contribuíram para o instituto de previdência cresceram a uma taxa média anual de 1,1% frente a 8,4% a.a. para os ocupados no setor que não contribuíram. Por sua vez, no período 2002-2009, os contribuintes no setor apresentaram uma taxa média de 3,2%, enquanto que o número de ocupados sem carteira de trabalho apresentou um leve decréscimo (-0,7% a.a.).

expulsão de um contingente populacional do meio rural, principalmente da população jovem que não encontra oportunidades de ocupação e emprego em seus locais de origem (MIOTO, 2008). A outra face desse processo é o inchaço do meio urbano, em especial da região litorânea que forma o eixo de integração entre as mesorregiões mais industrializadas do estado. Essa concentração tem gerado novos desafios em relação aos problemas intra-urbanos, que combinam a desigualdade de renda, de acesso à terra urbana e ao mercado de trabalho, tanto nas capitais regionais como na conformação região metropolitana de Florianópolis (MIOTO, 2011).

**Tabela 03:** Variação anual (em %) da população ocupada segundo ramos de atividade do trabalho principal - Santa Catarina - 1992/99 e 2002/09

Ramos de Atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Tx. Cres. Médio Anual (%) (1992/1999)
Total	2.315.516	2,4	7,4	-5,2	0,5	3,2	4,1	1,7
Agrícola	831.994	0,3	-2,9	-12,1	-4,7	3,2	5,3	-1,7
Indústria de Transformação	454.007	3,3	5,0	-4,8	2,2	-2,4	11,6	2,0
Indústria de Construção	135.639	-5,5	12,0	10,3	7,6	-0,6	1,3	3,4
Outras atividades industriais	27.811	1,0	-0,2	-16,0	13,0	23,4	-13,2	0,3
Comércio de mercadorias	219.072	11,9	13,8	-8,5	9,3	-0,9	-6,2	2,4
Prestação de serviços	291.153	1,5	22,5	0,3	-2,2	5,4	8,1	4,8
Serviços auxiliares da atividade econômica	55.052	3,1	33,0	-3,3	7,8	-1,9	23,6	8,2
Transporte e Comunicação	62.985	0,3	26,7	-19,9	2,4	18,5	10,7	4,6
Social	132.246	3,1	14,1	4,0	0,8	20,9	-14,1	3,6
Administração Pública	72.074	19,3	-8,9	29,2	-17,2	11,4	1,6	4,0
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	33.483	-14,4	47,6	-20,7	38,4	-16,8	2,5	2,4

Continuação

Ramos de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Tx. Cres. Médio Anual (%) (2002/2009)
Total	2.938.935	1,2	5,3	1,0	2,1	2,4	-0,7	4,1	2,2
Agrícola	705.541	-10,2	3,1	0,7	-0,3	-7,2	-9,8	6,2	-2,7
Indústria	643.119	-1,1	14,7	-1,1	3,1	-6,9	5,5	4,4	2,5
Indústria de transformação	626.513	-0,6	14,0	-1,8	3,8	-7,0	6,4	3,9	2,5
Construção	173.516	6,5	0,2	-6,8	0,9	12,7	1,8	8,2	3,2
Comércio e reparação	465.010	8,4	5,4	6,5	0,5	9,9	-1,2	4,6	4,8
Alojamento e alimentação	81.320	22,4	-14,0	5,2	9,4	5,1	-0,7	-8,2	2,1
Transporte, armazenagem e comunicação	115.099	-8,6	14,9	7,4	-7,7	32,9	-3,0	-7,7	3,1
Administração pública	113.395	19,6	-10,8	0,6	0,9	22,9	9,9	-13,5	3,4
Educação, saúde e serviços sociais	199.854	15,6	4,4	4,0	2,9	7,7	0,6	0,4	5,0
Serviços domésticos	170.080	-10,5	7,6	-1,0	6,0	-4,4	0,9	1,6	-0,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	89.901	7,5	-0,7	-10,5	13,3	2,6	-6,3	44,1	6,0
Outras atividades	178.665	7,9	5,6	1,1	7,2	5,1	-3,5	10,1	4,7
Atividades mal definidas ou não declaradas	3.435	-0,1	-49,4	-32,6	-	-	549,1	-39,2	-5,1

Fonte: IBGE/PNAD

#### 4. Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi averiguar como o movimento de reestruturação do mercado de trabalho nos anos recentes se configurou especificamente em Santa Catarina. Conforme visto, tanto o processo de desestruturação (avaliado aqui entre 1992-1999), quanto o de reestruturação (2001-2009) das ocupações tiveram correspondência no território catarinense, obedecendo aos condicionantes históricos específicos da formação socioeconômica do estado e ao comportamento da dinâmica econômica catarinense a partir da década de 1990. Dessa forma, entre 1992 e 1999 houve o predomínio da geração de ocupações mais ligadas à precarização do trabalho e ao setor terciário, com uma menor dinâmica do emprego industrial. Esse processo aconteceu em um momento em que as condições de inserção do trabalhador no mercado de trabalho estavam muito dificultadas, com uma escalada da taxa de desocupação – mesmo com uma baixa taxa de participação da PEA.

Posteriormente, no início do século XXI, mais especificamente a partir de meados dos anos 2000, o emprego industrial eleva o nível de geração de vagas – com base principalmente nos empregos formais – concomitantemente à manutenção do nível de empregos no setor terciário. Dessa forma, entre 2001-2009, o mercado de trabalho em Santa Catarina amplia a proporção das ocupações notadamente urbanas em detrimento das categorias mais relacionadas ao setor agropecuário (próprio uso e consumo, não remunerados). Contudo, isso se deu justamente com a preservação e reprodução do nível de ocupação informal (tabela 02).

Apesar das especificidades do mercado de trabalho catarinense (principalmente com um nível de formalização das ocupações mais elevado, maior taxa de participação da PEA, menor taxa de desocupação e um setor secundário com forte dinamismo), os trabalhadores catarinenses sofreram as mesmas tendências presentes no país como, por exemplo, a persistência de um alto nível de desigualdade entre os trabalhadores. Em Santa Catarina isso se verifica em várias dimensões; na tabela 04 observa-se a distribuição dos ocupados segundo classes de rendimentos em alguns anos do período selecionado. Em 1992, praticamente 39% da população ocupada recebia até dois salários mínimos ao mês, e em 1999, essa proporção foi reduzida para 30%. No início da década de 2000 a proporção se eleva novamente para 39% e em 2009 atinge a impressionante marca de 49%. Ou seja, ao longo do último subperíodo, marcado pelo

crescimento das ocupações assalariadas e formais, houve uma concentração dos empregos nas faixas justamente de menor remuneração, o que sugere um indício de desigualdade e precariedade no mercado de trabalho catarinense<sup>10</sup>.

**Tabela 04:** Distribuição das pessoas ocupadas segundo classes de rendimento (em %)-  
Santa Catarina 1992, 1999, 2001 e 2009

Faixas de remuneração	1992	1999	2001	2009
Total	100	100	100	100
Até 1/2 salário mínimo	4,4	2,3	2,8	3,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	12,0	7,2	7,9	10,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	22,5	19,5	28,8	35,2
Mais de 2 a 3 salários mínimos	14,6	18,8	17,8	16,1
Mais de 3 a 5 salários mínimos	12,2	14,8	14,7	13,6
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7,5	10,9	9,0	7,3
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,3	4,6	3,8	2,7
Mais de 20 salários mínimos	0,9	2,0	1,1	0,7
Sem rendimento *	22,4	19,3	13,2	9,4
Sem declaração	1,3	0,5	0,9	1,3

Fonte: PNAD/2009

\*Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios de todos os trabalhos.

Destacamos anteriormente as desigualdades de rendimentos dos ocupados, mas o mesmo pode ser dito em relação às desigualdades presentes em estratos específicos da população (mais vulneráveis), como as mulheres e os jovens, tanto nos rendimentos quanto nas condições de inserção e de ocupação. Assim, apesar de Santa Catarina (e o Brasil de modo geral) ter apresentado um crescimento das ocupações com base no assalariamento e no emprego formal levados a cabo por setores econômicos mais tradicionais e regulares, as desigualdades presentes no mundo do trabalho ainda permanecem e, pior, se reproduzem no seio dessas transformações.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 7ª edição, 2000. 200 p.

<sup>10</sup> Tendência essa presente inclusive no mercado de trabalho formal: “O que se pode constatar é que o número absoluto de postos de trabalho com menores salários cresceu substancialmente mais que o das faixas mais elevadas de renda. Não se pode concluir, porém, que os trabalhadores tiveram seus salários rebaixados; o que houve foi a redistribuição das novas ocupações, de forma que elas passaram a se concentrar mais nas faixas precárias de remuneração, entre um e dois salários mínimos” (VENTURI; MATTEI, 2010, p. 360)

BALTAR, Paulo, DEDECCA, Cláudio, HENRIQUE, Wilnês. Mercado de Trabalho e exclusão social no Brasil. In: SANTOS, Anselmo Luis dos; OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?**. São Paulo: Scritta, 1997. p.87-108.

BALTAR, Paulo. Estrutura Econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, Marcelo, HENRIQUE, Wilnês (org). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003, p.107-152.

CANO, W. **Desconcentração produtiva do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2007. 297p

\_\_\_\_\_. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, c1998. 322p

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 29 – 62.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 109 - 155.

MIOTO, Beatriz Tamaso. Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI. 85f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MIOTO, Beatriz Tamaso (autor); MACIEL, Cláudio (orient.). **Integração Econômica e Rede Urbana de Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005)**. 154f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2011

POCHMANN, Marcio. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, nº 22, p. 121- 144, junho de 2006.

RAMOS, Lauro. Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: 1992-2005. In: **Revista de Economia Política** [online]. 2009, vol.29, n.4, pp. 406-420. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n4/06.pdf>> , acesso em janeiro de 2011.

VENTURI, Aline; MATTEI, Lauro. Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho em Santa Catarina na virada do século XX. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 323 – p. 367.